



**Prefeitura Municipal de Marabá**  
**Procuradoria-Geral Do Município**  
**Procuradores Municipais**

**PARECER Nº: 447/2026/PROGEM-PM/PROGEM-PMM**

**PROCESSO Nº: 050505164.000155/2025-18**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS**

**ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBSS), CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ/PA**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS. ANÁLISE DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021. DECRETOS MUNICIPAIS Nº 383, DE 2023 E 405, DE 2023. VERIFICAÇÃO DE PLANEJAMENTO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOCUMENTOS EDITALÍCIOS. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP. PARECER DA CONTROLADORIA GERAL (CONGEM). POSSIBILIDADE LEGAL. OPINIÃO FAVORÁVEL CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES.

## **1. DO RELATÓRIO**

1. Trata-se de exame de juridicidade sobre o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, visando à aquisição de insumos e instrumentais odontológicos para suprir as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Marabá/PA.

2. Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica: Despacho DFD INSUMOS ODONTOLÓGICOS ASPEC (1773137); Despacho DFD INSUMOS ODONTOLÓGICOS ASPEC (1772590); Despacho (1657110); Despacho Revisão do DFD Licitação de Insumos/Instrumentos (1668219); Documento de Formalização de Demanda - DFD INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS (1665309); Termo de Encaminhamento INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS (0801391); Despacho (1767789); QDD - Quadro Detalhado de Despesas - Saldo das Dotações Orçamentárias - 2025 (1305733); QDD - Quadro Detalhado de Despesas - Saldo das Dotações Orçamentárias - 2026 (1779747); Autorização para instrução do processo de contratação (1305735); Documento Lei nº 17.761/2017 (1305740); Documento Lei nº 17.767/2017 (1305744); Portaria Secretária Lícia SMS (1305746); Instituição da Equipe de Planej. da Contratação (1305748); Certidão - Princípio da Segregação das Funções (1305750); Despacho Designação Gestor Contrato (1305755); Despacho Designação Fiscal Contrato (1305765); Termo de Compromisso e Responsabilidade dos Fiscais de Contrato (1305767); Termo de Encaminhamento (1305779); Análise de Riscos (1306358); Estudo Técnico Preliminar da Contratação (1306862); Cotação - Solicitações de Proposta Comercial (1317023); Pesquisa de Preços - Doc Externo RELATÓRIO DE PESQUISA - SITIOS DE DOMÍNIO AMPLO

(1771685); Cotação - EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA (1689498); Cotação HIPERFAR MATERIAIS HOSPITALARES (1749815); Cotação - E DE A CAVALCANTE E CIA LTDA (1324982); Cotação Compras.gov (1779356); Relatório da Pesquisa de Preços - doc. substituído (1715439); Termo de Referência - Compras - SRP doc. substituído (1604437); Solicitação de Despesa - ASPEC (1774108); Justificativa - Dispensa Divulgação IRP (1779595); Autorização Abertura de Procedimento Licitatório - SRP (1791508); Ofício - Solicitação de Abertura de Processo Licitatório 34 (1791513); Estudo Técnico Preliminar da Contratação - Retificado (1807897); Relatório da Pesquisa de Preços - DOC. SUBSTITUIDO (1806230); Termo de Referência - Compras - SRP - (Doc. substituído) (1808098); Ofício - Solicitação de Parecer Orçamentário 53 (1779699); Parecer Orçamentário 654 - 2026 (1790863); Autorização Abertura de Procedimento Licitatório - SRP - Retificado (1808317); Ofício - Solicitação de Abertura de Processo Licitatório 41 - Retificado (1808327); Certidão - DGLC-AAT - documentos retificados (1840550); Relatório da Pesquisa de Preços (novo: 22/04/2026) (1821536); Termo de Referência - Compras - SRP (novo: 24/04/2026) (1825467); Ofício - Solicitação de Parecer Orçamentário 60 (novo) (1825999); Parecer Orçamentário 699 (1836011); Declaração de Adequação Orçamentária (1791483); Autorização Abertura de Procedimento Licitatório - SRP (novo) (1821519); Ofício - Solicitação de Abertura de Processo Licitatório 42 (novo) (1826204); Termo de Referência - Compras - SRP (novo: 28/04/2026) (1843263); Minuta de Edital (1814624); Portaria nº 3.984/2025-GP - Coordenação de Licitações (1821296); Portaria nº 1.594/2026-GP - Coordenação de Licitações (1838164); Ofício - Solicitação de Parecer Preliminar - CONGEM 54 (1821302); Parecer nº 482/2026-DIVAN/CONGEM - PRELIMINAR (Fase interna) (1891359); Ofício - Solicitação de Análise e Parecer Jurídico 143 (1892444).

3. É o relatório.

## **2. DA ANÁLISE DA CONTROLADORIA**

4. Inicialmente, verifica-se que o procedimento foi submetido à Controladoria Geral do Município, que em uma análise técnica inicial dos autos, através do Parecer nº 482/2026-DIVAN/CONGEM - PRELIMINAR (Fase interna) (1891359), manifestou-se pelo prosseguimento do feito atestando a ausência de óbices, nos seguintes termos:

### **5. CONCLUSÃO**

Salientamos que a responsabilidade pelos atos que sucedem à análise desta Controladoria fica a cargo da autoridade ordenadora de despesas, nos termos da Lei Municipal nº 17.761/2017 e alterações.

Ante ao exposto, NÃO VISLUMBRAMOS ÓBICE ao prosseguimento do Processo nº 050505164.000155/2025-18-PMM, na modalidade Pregão Eletrônico (SRP), devendo dar-se continuidade aos trâmites procedimentais pela Diretoria de Governança de Licitações e Contratos - DGLC, com vistas ao exame de legalidade pela Assessoria Jurídica do Município e, após aprovação, realização da fase externa do certame, com publicação do edital, divulgação para apresentação de interessados, sessões e demais atos para seleção de melhor(s) proposta(s) que atenda o interesse público.

Observe-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM-PA.

## **3. DA ANÁLISE JURÍDICA**

## **4. DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO**

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade solicitante no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos

6. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica, financeira ou de conveniência e oportunidade.

7. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, quantitativos, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

8. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

9. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

## 5. DA OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO

10. A Constituição Federal, consoante princípios e normas estabelecidas pelo art. 37, caput, e inciso XXI, estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo licitatório. Assim, depreende-se que no ordenamento jurídico pátrio a regra é a licitação, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

11. Nesse sentido, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, com deferência aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

12. **Partindo desse pressuposto, consta dos autos o Documento de Formalização de Demanda - DFD INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS (1665309), com informações iniciais e fundamentais para garantir que as contratações sejam realizadas de forma planejada e eficiente.**

## 6. DA ESCOLHA DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO E CRITÉRIO DE MENOR PREÇO

13. A Nova Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 29, parágrafo único, estabelece que a modalidade Pregão deve ser obrigatoriamente utilizada para a contratação de bens e serviços comuns, ou a critério da autoridade competente, quando o objeto for de natureza especial, desde que, neste último caso, a técnica e a qualidade não exijam critérios de julgamento diversos do menor preço ou maior desconto. No presente caso, o objeto da contratação é claramente classificável como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e requisitos de entrega (incluindo especificações) estão objetivamente definidos e padronizados no Termo de Referência.

14. Dessa forma, a escolha pelo Pregão como modalidade licitatória não apenas se constitui na opção mais eficiente, mas também atende ao comando legal de obrigatoriedade conferido pela NLLC. O critério de julgamento de Menor Preço por Item (art. 33, inciso I, da NLLC) é o mais adequado para a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, dada a padronização do objeto e a suficiência das especificações técnicas para garantir a qualidade esperada. Isso assegura que a competição se concentre na variável preço, otimizando a aplicação dos recursos públicos em uma contratação de grande volume consolidado.

15. Adicionalmente, a opção pela forma eletrônica do Pregão (Pregão Eletrônico) é consonante com o princípio da publicidade (art. 5º da NLLC) e com a busca pela ampliação da competitividade, conforme preconiza o Decreto Municipal nº 383, de 2023, que regulamenta a NLLC no âmbito municipal.

## **7. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16. O Sistema de Registro de Preços (SRP) não consubstancia modalidade licitatória, mas trata-se procedimento auxiliar, conceituado pelo art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos seguintes termos:

Art. 6º (...)

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

17. Nesse contexto, o SRP tem o propósito de registrar fornecedores e respectivos preços, mediante única licitação, a ser contratado diante da necessidade sem demandar novos procedimentos de seleção.

18. A licitação utilizando o SRP, então, tem como fim precípuo, constituir um documento vinculativo, denominado "Ata de Registro de Preços (ARP)", que tem o condão de atribuir obrigação de fornecimento ao particular detentor da ata (vencedor), de forma que ele poderá ser chamado a contratar com o órgão/entidade gerenciador, assim como com outros que a integraram (participantes) ou que aderiram à ARP posteriormente (não participantes/carona).

19. Sabe-se que um processo licitatório pode ser processado de forma ordinária, isso é, individualizada, sem utilização do SRP, visando a atender, em regra, uma necessidade administrativa própria do órgão/entidade licitante. Nesse caso, então, haverá uma única licitação, a partir da qual poderá se originar um único contrato.

20. A partir do Decreto Municipal nº 383, de 2023, foi autorizada a utilização do SRP em âmbito municipal, nos seguintes termos:

Art. 74. Em âmbito Municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que observado o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Capítulo.

21. Posteriormente, o Município, através do Decreto Municipal nº 405, de 5 de outubro de 2023, regulamentou os art. 82 a art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Marabá/PA, especificando as hipótese de utilização do referido procedimento auxiliar, vejamos:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração Municipal julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32 deste Decreto;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

22. Nesse contexto, pode-se concluir que, constatada que uma contratação se amolda a uma das hipóteses de utilização do SRP, previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 405, de 2023, o planejamento da contratação necessitará avaliar a utilização ou não do registro e, seja qual for a opção, deverá expor os motivos subjacentes, indicando, assim, qual seria a hipótese normativa e a justificativa da decisão de utilizar o SRP, ou não, naquela contratação.

23. **No presente procedimento licitatório, a Administração demonstrou o cabimento do Sistema de Registro de Preço, apresentando no Estudo Técnico Preliminar da Contratação - Retificado (1807897), ITEM 2, justificativa para a sua utilização:**

#### **Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na necessidade de assegurar maior flexibilidade, eficiência e economicidade na aquisição de insumos odontológicos, destinados ao atendimento das demandas das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), clínicas especializadas e demais unidades vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Marabá.

O uso do SRP revela-se especialmente adequado diante da natureza do objeto, cuja demanda é contínua e variável, dependendo diretamente do fluxo de atendimentos odontológicos e das necessidades operacionais de cada unidade de saúde. Por essa razão, não é possível estimar com precisão o quantitativo exato a ser consumido ao longo do exercício. Nesse contexto, o sistema permite que as aquisições sejam realizadas conforme a necessidade real, garantindo o fornecimento adequado e evitando tanto o desabastecimento quanto o acúmulo desnecessário de materiais em estoque.

Sob os aspectos econômico e administrativo, o Sistema de Registro de Preços configura-se como uma alternativa vantajosa, pois contribui para a racionalização dos processos de compras, reduz a necessidade de realização de múltiplas licitações ao longo do ano e possibilita a obtenção de preços mais competitivos, decorrentes da padronização e do planejamento centralizado das aquisições.

A centralização das futuras contratações por meio do SRP também favorece a padronização dos insumos e instrumentais odontológicos adquiridos, garantindo maior controle de qualidade, uniformidade no atendimento das unidades e otimização dos recursos públicos. Essa estratégia assegura maior eficiência na gestão dos materiais essenciais à execução dos procedimentos clínicos e cirúrgicos odontológicos, contribuindo diretamente para a qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, considerando que os insumos e instrumentais odontológicos são bens de uso comum, amplamente disponíveis no mercado e indispensáveis para o adequado funcionamento dos serviços de saúde bucal, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como o modelo mais apropriado para atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde de Marabá, garantindo regularidade no fornecimento, economicidade e eficiência na execução contratual.

24. Recorda-se, ainda que o para fins de registro de preço, deve ser realizada o procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, vejamos:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

25. O parágrafo 1º do artigo 86, da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe:

**§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.**

26. Ainda registra no artigo 76, §1º do Decreto 383, de 2023:

Art. 76. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação

deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de Intenção de Registro de Preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

**§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo poderá ser dispensado mediante justificativa.**

27. Nesse sentido, a SMS junta aos autos a Justificativa - Dispensa Divulgação IRP (1779595):

#### **JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Processo nº 050505164.000155/2025-18

Para os fins dos autos, a presente dispensa da divulgação da intenção de registro de preços justifica-se nos termos estabelecidos abaixo:

##### **Fundamentação Legal:**

A dispensa da divulgação do aviso de IRP está amparada no artigo 76, §1º do Decreto 383/2023, bem como no artigo 9º, §2º do Decreto 405/2023, que prevê o procedimento de divulgação do aviso de IRP e a possibilidade de dispensa.

##### **Justificativa para a Dispensa:**

A Intenção de Registro de Preços (IRP) corresponde a uma fase preparatória da licitação por Sistema Registro de Preços, que é um procedimento auxiliar das licitações e contratações públicas, conforme estabelecido no artigo 78, IV, da Lei nº 14.133/2021.

A finalidade básica da Intenção de Registro de Preços é permitir que um órgão da Administração Pública torne público suas intenções de realizar um processo licitatório, para fins de registro de preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto mediante um único procedimento, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala, decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

Embora a regra seja a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades (art. 86, *caput*, da Lei nº 14.133/2021), o próprio legislador optou por excepcioná-la, sendo perfeitamente cabível o seu afastamento, quando o órgão for o único contratante.

Art. 86, § 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

Em comentários à matéria, Marçal JUSTEN FILHO reconhece que:

Não existe impedimento a que um órgão produza um registro de preços destinado a contratações de seu exclusivo interesse. Em tais hipóteses, a implementação do SRP é mais simples, sem se cogitar das formalidades previstas no art. 86 da Lei 14.133/2021<sup>11</sup>. [\[1\]](#)

O Registro de Preços para eventual aquisição de insumos e instrumentais odontológicos, destinados a atender às necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), clínicas odontológicas e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Marabá. Ademais, a ausência de recursos humanos e estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços em caso de participação de outros órgãos da administração pública, tendo em vista, que o Fundo Municipal de Saúde já possui um grande volume de processos licitatórios, atas de registro de preços e contratos a serem geridos anualmente, por si só exige extrema dedicação e empenho de todos os envolvidos, razão pela qual o órgão será o único contratante. Além disso, há uma premente necessidade na aquisição dos itens, cujo fornecimento não pode sofrer descontinuidade, dada a sua essencialidade, o que requer uma contratação mais ágil, motivando a não aplicabilidade da necessidade de publicidade da IRP para outros órgãos ou entidades.

Ressalta-se que a regra geral, em toda contratação, é a obrigatoriedade da solução, que atende de modo mais satisfatório ao dever de planejamento da Administração Pública.

##### **Interesse Público e Eficiência:**

A dispensa da divulgação do aviso de IRP visa atender aos interesses da [Nome da Instituição/Órgão Contratante], garantindo eficiência, agilidade e sigilo na realização da contratação, sem comprometer os princípios da legalidade e da economicidade.

##### **Conclusão:**

Com base nas razões apresentadas e em conformidade com a legislação vigente, consideramos justificada a dispensa da divulgação do aviso de Intenção de Registro de Preços (IRP) no presente caso, dadas as circunstâncias de inviabilidade de divulgação e a condição de único contratante. Esta decisão visa assegurar a eficiência e efetividade na consecução de nossos objetivos institucionais.

## 8. DA AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL

28. A contratação foi autorizada pela Secretária Municipal de Saúde (1305735 - 1791508 - 1808317 - 1821519), em decorrência de sua autonomia administrativa e financeira conferida pela Lei Municipal nº 17.761, de 2017 (1305740), posteriormente alterada pela Lei Municipal nº 17.767, de 2017 (1305744).

## 9. DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

29. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts.5º e 11 da Lei nº. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

30. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades.

31. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

32. **Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos como subsídio, ante a inexistência de material semelhante no âmbito municipal, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.**

33. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos previstos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

34. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições: a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial; b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e, c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

35. **Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.**

36. **Consta do Termo de Referência - Compras - SRP (novo: 28/04/2026) (1843263), ITEM 4.15, quanto aos critérios de sustentabilidade:**

### **Sustentabilidade:**

Os produtos deverão atender, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Deverão ser adotadas práticas que reduzam impactos ambientais, sempre que possível, tais como:

priorização de produtos com embalagens recicláveis ou com menor volume de material;

redução do uso de embalagens excessivas, desde que não comprometa a esterilidade e a segurança dos produtos;

adoção de processos logísticos que otimizem o transporte, reduzindo emissões e consumo de combustível;

A observância desses requisitos visa assegurar a eficiência da contratação, a segurança dos

## **10. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

37. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

38. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

39. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição da Administração.

40. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

## **11. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

41. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a

descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

42. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

Art. 18 [...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

43. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas.

44. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2021, deve a Administração observar as regras constantes da no Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal.

45. **No presente caso, a Equipe de Planejamento da Contratação elaborou o Estudo Técnico Preliminar da Contratação - Retificado (1807897).**

46. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, efetuadas as adaptações, ele aparentemente conterá as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

47. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor

requisitante seja o mesmo.

48. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

49. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2021, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

50. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público, devendo, portanto, ser avaliado o interesse público também na perspectiva de haver impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021).

51. **Segundo a autoridade requisitante, é necessária a contratação nos seguintes termos constantes ao ETP, ITEM 1;**

#### **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente justificativa tem por finalidade informar a necessidade de realização de Processo Licitatório por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica, visando o Registro de Preços para eventual aquisição de insumos e instrumentais odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e demais unidades vinculadas.

A presente demanda tem por finalidade a contratação de insumos odontológicos, visando garantir a continuidade, ampliação da cobertura e qualificação dos atendimentos odontológicos prestados na rede municipal de saúde, com enfoque na Atenção Básica, nas especialidades odontológicas e nos serviços ofertados em unidades estratégicas, como o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da zona rural.

O objeto possui natureza comum, uma vez que se refere à aquisição de bens padronizados, amplamente disponíveis no mercado e com especificações objetivas e usuais, dispensando desenvolvimento técnico ou projeto especializado. Destaca-se, ainda, que teremos a expansão de clínicas que contribuirá para a ampliação do acesso da população a serviços especializados, especialmente em contextos de vulnerabilidade e direcionados a grupos prioritários. Tal expansão exige a manutenção de estoque suficiente e adequado de insumos, garantindo o pleno atendimento às necessidades clínicas e à execução regular dos procedimentos.

A ausência ou insuficiência de materiais compromete diretamente a continuidade das ações programadas, reduz a resolutividade dos serviços, pode ocasionar interrupções no atendimento e impacta negativamente os indicadores de saúde bucal. Assim, torna-se imprescindível assegurar a aquisição de insumos odontológicos adequados à complexidade e ao volume de atendimentos prestados, garantindo o suporte técnico-operacional necessário à atuação dos profissionais de odontologia.

Nesse contexto, a contratação pretendida não se limita ao suprimento de lacunas operacionais, mas configura medida estratégica para fortalecer a política municipal de saúde bucal, assegurando a efetividade, continuidade e qualidade dos serviços públicos ofertados, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

52. **O órgão demandante, a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente demonstrou a necessidade da contratação no Estudo Técnico Preliminar da Contratação - Retificado (1807897).**

#### **13. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

53. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual.

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

54. É preciso compreender que o Plano de Contratações Anual (PCA) constitui instrumento de governança, no âmbito do Município de Marabá, o Decreto nº 383, de 28 de março de 2023, tratou sobre a implantação progressiva do PCA no Município, nos seguintes termos:

Art. 26. O Município implementará progressivamente o Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

55. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

56. Convém lembrar que incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, conforme prevê o art. 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

57. Em uma análise prévia verifica-se no ETP, ITEM 4:

#### **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O Processo Licitatório tem por objetivo o Registro de Preços para eventual aquisição de insumos e instrumentais odontológicos, indispensáveis ao atendimento das demandas das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), clínicas odontológicas, Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Marabá.

A contratação pretendida possui previsão no Plano de Contratações Anual de 2026, na classe/grupo 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS (item 143) - disponível para acesso por meio do link [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

A aquisição objeto deste processo configura-se como prioridade para a manutenção e qualificação dos serviços de saúde bucal, sendo essencial para a continuidade dos atendimentos odontológicos e para o cumprimento das metas estabelecidas pela gestão. Encontra-se, ainda, em consonância com a adequada aplicação dos recursos públicos, garantindo planejamento, controle e eficiência, de modo a evitar desperdícios e assegurar o melhor atendimento à população.

O Plano Plurianual (PPA) constitui o principal instrumento de planejamento estratégico para a implementação das políticas públicas, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da Administração. Nesse contexto, destaca-se a importância da garantia da qualidade dos serviços de saúde, incluindo a assistência odontológica, que impacta diretamente na qualidade de vida da população usuária do sistema público de saúde.

A presente contratação também se encontra alinhada ao planejamento do Fundo Municipal de Saúde de Marabá/PA, evidenciando a essencialidade da aquisição dos insumos e instrumentais odontológicos para atender ao interesse público, em conformidade com os instrumentos de planejamento e as necessidades da rede municipal de saúde.

#### **14. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

58. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

59. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

60. De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

61. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

62. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

63. O órgão demandante, a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente realizou a definição do objeto, conforme consta justificativa no Estudo Técnico Preliminar.

## **15. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**

64. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

65. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

66. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

67. Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

68. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

69. Deve-se ressaltar que não compete a esta Procuradoria adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

70. **Contudo, o órgão demandante a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente demonstrou a legitimidade do quantitativo da futura contratação, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar da Contratação - Retificado (1807897), ITEM 8.**

## **16. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

71. Uma vez identificada a necessidade administrativa e definido o objeto e quantidades, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

72. O art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se

que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

73. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

74. **Nesse sentido, consta no Estudo Técnico Preliminar Retificado (1807897), item 6, o levantamento de mercado. A secretaria demandante descreve que o levantamento teve como objetivo identificar e analisar as alternativas disponíveis para a eventual aquisição de insumos e instrumentais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de saúde do Município.**

75. A análise buscou garantir a seleção da solução mais adequada sob os aspectos técnico, logístico e econômico, avaliando a viabilidade de diferentes modalidades, como a aquisição direta por dispensa, o pregão para aquisição imediata e a adesão a atas de registro de preços de outros órgãos.

76. Ao final, a Administração concluiu que o Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (SRP) é a solução mais vantajosa, pois permite a aquisição parcelada conforme a demanda real, evita estoques excessivos e garante maior competitividade e economicidade.

## **17. DO PARCELAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

77. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

**b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;**

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...) (grifou-se)

78. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

Art. 40 [...]

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

79. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

Art. 40 [...]

[...]

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

80. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

Art. 87. Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

81. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento.

82. Por outro lado, a disposição de um objeto em tese indivisível em um mesmo item (como nos casos de aquisição com instalação, por exemplo), ou a agregação de itens em um grupo, pode vir a caracterizar a não observância do referido princípio, demandando, necessariamente, justificativa por parte do órgão ou entidade.

83. Ainda nesse tocante, a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo pode vir a comprometer a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, caso seja possível a contratação de itens isolados e a não contratação de outros. Nesses casos, seria cabível aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras dos §§ 1º e 2º do artigo 82, que disciplina o Sistema de Registro de Preços:

Art. 82. [...]

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

84. De qualquer forma, a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pelo órgão contratante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

85. **Nesta senda, consta no Estudo Técnico Preliminar da Contratação - Retificado (1807897), que a licitação será por MENOR PREÇO POR ITEM:**

#### **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens. O objetivo do parcelamento é o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala, nos termos da Súmula 248 do Tribunal de Contas da União, considerando a divisibilidade do objeto.

86. **O ETP expressamente justifica o parcelamento, indicando que a divisão por item maximiza a competitividade, favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e promove o melhor aproveitamento do mercado, sem prejuízo à solução ou perda de economia de escala. Esta decisão está juridicamente fundamentada e alinhada com a jurisprudência consolidada que privilegia o parcelamento, resguardando a possibilidade de competição ampla.**

#### **18. DA ANÁLISE DE RISCOS**

87. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

88. A Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

89. **No presente caso, foi juntado aos autos a Análise de Riscos (1306358), a equipe de planejamento utilizou uma Matriz de Probabilidade e Impacto para classificar os eventos que poderiam comprometer o sucesso da aquisição de medicamentos.**

90. A classificação final da contratação como de "risco médio" demonstra uma análise realista

das vulnerabilidades da cadeia de insumos odontológicos. As recomendações de fiscalização ativa do contrato e a aplicação rigorosa de sanções contratuais em caso de mora figuram como as principais respostas aos riscos identificados. Portanto, conclui-se que o gerenciamento de riscos aqui operado, aparentemente, cumpre sua função de garantir a segurança jurídica e a eficiência da despesa, antecipando contingências que poderiam interromper o atendimento aos usuários do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da zona rural em Marabá.

## **19. DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DA PESQUISA DE PREÇOS**

91. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

[...]

92. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas do Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 56 da referida norma:

Art. 56. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 58.

93. O referido Decreto, em seu artigo 58, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 58 que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente.

94. Assim, o primeiro ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

95. Um segundo ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme

descrito nos incisos do artigo 58 da Decreto Municipal nº 383, de 2023, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

96. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 59, § 4º, do Decreto Municipal nº 383, de 2023, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que "Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

97. **No caso em tela, verifica-se que as fontes das pesquisas de preços vem discriminadas no Relatório da Pesquisa de Preços (1821536), oportunidade em que a secretaria demandante juntou nos autos as pesquisas preliminares de preços e utilizou como referências: Cotação COMPRAS.GOV (1779356), Pesquisa de Preços - Doc Externo RELATÓRIO DE PESQUISA - SITIOS DE DOMÍNIO AMPLO (1771685), Cotação - EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA (1689498), Cotação HIPERFAR MATERIAIS HOSPITALARES (1749815) e Cotação - E DE A CAVALCANTE E CIA LTDA (1324982).**

98. **O valor estimado da contratação foi apurado em conformidade com o artigo 23, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e com o disposto no Decreto Municipal nº 383, de 2023. O Relatório da Pesquisa de Preços (1821536) documenta a utilização de uma combinação de parâmetros, incluindo o Painel de Preços e contratações similares, adotando como método estatístico a média aritmética simples dos valores obtidos. Essa metodologia é aceitável, pois busca o valor de mercado a partir de fontes diversificadas e atualizadas, conferindo objetividade à estimativa e garantindo a vantajosidade na contratação.**

99. **Contudo, há que se registrar que é de responsabilidade da secretaria requisitante a realização da pesquisa de preços, nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 383, de 2021. A instrução processual deve ser completa, abrangendo todos os elementos necessários para que a autoridade competente possa decidir sobre a conveniência e oportunidade da contratação. Isso inclui, obrigatoriamente, a apresentação de uma estimativa de custos robusta, realizada sob a ótica de quem detém o conhecimento técnico sobre a solução pretendida.**

## **20. DO ORÇAMENTO SIGILOSO**

100. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

101. De acordo com o art. 18, §1º, inciso VI, o ETP deve tratar da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

102. Desse modo, o planejamento da contratação deve contemplar a análise de conveniência e oportunidade sobre a adoção ou não do orçamento sigiloso.

103. **Verifica-se dos autos que a Minuta de Edital (1814624), ITEM 3, declara expressamente que orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.**

## **21. DO TERMO DE REFERÊNCIA**

104. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares

correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

(...)

105. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)

No que se refere aos serviços, também devem ser observadas as exigências do art. 47, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º (...)

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

106. O Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023 dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Municipal. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

107. **O Termo de Referência (1843263) foi juntado aos autos e aparentemente reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.**

## 22. **DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

## 23. **DA NATUREZA COMUM DO OBJETO**

108. Compete à administração declarar que o objeto a ser licitado é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para *aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto*, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

109. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

110. Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

111. **No caso concreto, a Administração declarou expressamente a natureza comum do objeto da licitação, através do Documento de Formalização de Demanda - DFD (1665309) e do Termo Referência (1843263).**

## 24. **DA VEDAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO**

112. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

113. Não obstante, o inciso I do art. 41 da legislação licitatória possibilita a indicação de marcas e modelos, nos seguintes termos:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

114. No caso concreto, a Administração, no Termo de Referência (1798263), ITEM 4.20, declarou que não haverá vedação de marca ou produto.

## 25. **DA INFORMAÇÃO SOBRE O REGIME DE FORNECIMENTO**

115. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto.

116. **O ITEM 11.6 do TR declara que o fornecimento do objeto será parcelado.**

## 26. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO, DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

117. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

118. **No caso concreto, a Administração tratou no Termo de Referência as condições de execução e pagamento e as condições de recebimento e declara que não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#). Declara, ainda, no ITEM 4.17 do TR, que não haverá exigência da garantia da proposta de que trata o art. 58, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.**

## **27. DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

119. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

120. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre: modalidade de licitação; critério de julgamento; modo de disputa; e adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

121. **No caso concreto, a Administração inseriu no Termo de Referência as referidas exigências.**

## **28. DA OBJETIVIDADE DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

122. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

123. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

124. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

125. **No caso concreto, o Termo de Referência, no ITEM 11.37, estabelece a exigência de comprovação de aptidão técnica e econômico-financeira, o que encontra amparo no art. 37, XXI, da Constituição Federal e no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a equipe técnica apresente a devida fundamentação sobre a relevância de tal parcela.**

## **29. DA AVALIAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE QUALIFICAR O TR COMO DOCUMENTO CLASSIFICADO (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)**

126. De acordo com o art. 50 do Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o que deve ser observado no caso concreto.

127. **No caso concreto, o Termo de Referência abordou adequadamente a referida previsão, sendo que, no ITEM 14, informa que não há necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

## **30. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

128. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

129. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

Lei nº 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [\(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021\)](#)

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

130. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

131. **No caso concreto, a Administração juntou o Parecer Orçamentário nº 699/2026/SEPLAN - DEORC/SEPLAN-PMM (1836011), informando que a despesa decorrente da contratação está devidamente prevista nas leis orçamentárias, bem como a Declaração de Adequação Orçamentária (1791483), acompanhado do Saldo das Dotações Orçamentárias (1836011), demonstrando que foram atendidas todas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

132. **Consta do Parecer Orçamentário nº 699/2026/SEPLAN - DEORC/SEPLAN-PMM (1836011).**

#### **PARECER ORÇAMENTÁRIO**

Informamos A Vossa Senhoria a **Existência de Previsão de Dotação Orçamentária** para atender as despesas com o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050505164.000155/2025-18 - REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBSS), CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ - SMS - PMM.**

As despesas serão consignadas às seguintes dotações orçamentárias, exercício 2026:

061201.10 122 0001 2.117 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde;

061201.10 301 0010 2.136 Programa Atenção Básica de Saúde - PAB;

061201.10 302 0010 2.144 Atenção Média e Alta Complexidade - MAC.

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

Subelemento:

3.3.90.30.10 - Material Odontológico.

#### **31. DA MINUTA DE EDITAL**

#### **32. DA ADEQUAÇÃO DO EDITAL**

133. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, bem como o art. 82 da mesma lei dispõe sobre as exigências que o edital de licitação para registro de preços deverá observar, vejamos:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

134. As disposições do Decreto Municipal nº 405, de 5 de outubro de 2023, também devem ser observadas.

135. **A Minuta de Edital (1814624)** reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie:

DO OBJETO

DO REGISTRO DE PREÇOS

DO ORÇAMENTO ESTIMADO

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

DA FASE DE JULGAMENTO

DA FASE DE HABILITAÇÃO

DOS RECURSOS

DO TERMO DE CONTRATO

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

DO TERMO DE CONTRATO

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

136. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Especificação do Objeto - Relação de Itens;

Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato;

Anexo V - Declaração de Adesão ao Cadastro de Reserva;

Anexo VI - Modelos

### 33. **DA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E COOPERATIVAS**

137. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação

dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, deve ser previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

138. **O ITEM 4.8 da Minuta de Edital, prevê o tratamento favorecido e cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.**

#### **34. DAS PREVISÕES DA LEI N. 14.133, DE 2021 SOBRE TRATAMENTO DIFERENCIADO A ME E EPP**

139. Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

140. Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

141. No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

142. Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

143. **No caso, a minuta de Edital, ITEM 4.6, descreve os itens que serão de participação exclusiva da ME/EPP, enquanto o ITEM 4.7 trata da reserva de cotas, atendendo assim ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006.**

144. Desta forma a minuta do edital e o Termo de Referência aparentemente contemplam o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme determinado pela Lei Complementar nº 123, de 2006. Verifica-se a previsão de itens exclusivos para ME/EPP (aqueles com valor de até R\$ 80.000,00) e a reserva de cota de até 25% para os demais itens divisíveis. Tal medida promove o desenvolvimento econômico local e regional, sem prejuízo da competitividade, estando em perfeita sintonia com a legislação vigente.

#### **35. DAS MARGENS DE PREFERÊNCIA**

145. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput

deste artigo;

II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).

146. Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

147. **No caso concreto, o Termo de Referência, ITEM 11.5, revela que não será aplicada a margem de preferência.**

### **36. DA CLÁUSULA COM ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, COM DATA-BASE VINCULADA À DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

148. O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

149. **No caso concreto, a minuta de edital estabeleceu índice de reajustamento de preço (IPCA) conforme exigência legal, no SUBITEM 12.6.**

### **37. DA MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

150. O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato.

151. A Minuta de Contrato (ANEXO IV da MINUTA DE EDITAL - 1814624) foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, pois descreve o OBJETO (CLÁUSULA PRIMEIRA); a VIGÊNCIA (CLÁUSULA SEGUNDA); o MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (CLÁUSULA TERCEIRA); a SUBCONTRATAÇÃO (CLÁUSULA QUARTA); o PREÇO (CLÁUSULA QUINTA); o PAGAMENTO (CLÁUSULA SEXTA); as OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CLÁUSULA OITAVA); as OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (CLÁUSULA NONA); a GARANTIA DE EXECUÇÃO (CLÁUSULA DÉCIMA); as INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA); a EXTINÇÃO CONTRATUAL (CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA); a DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA); os CASOS OMISSOS (CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA); as ALTERAÇÕES (CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA); a PUBLICAÇÃO (CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA); e o FORO (CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA). **Recomenda-se a RETIFICAÇÃO da CLAÚSULA SEGUNDA para limitar a vigência da contratação a 12 (doze) meses com fundamento no artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, devendo ser excluídos, portanto, os itens 2.1.1., 2.2., 2.3. e 2.4.**

152. **Recomenda-se, ainda, a retificação da numeração das cláusulas, tendo em vista a ausência da Cláusula Sétima, uma vez que a redação segue da Cláusula Sexta diretamente para a Cláusula Oitava.**

### **38. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

153. A ARP é documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

154. A Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO III da MINUTA DE EDITAL - 1814624) foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, pois indica o OBJETO (CLÁUSULA PRIMEIRA); a RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS (CLÁUSULA SEGUNDA); o ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES (CLÁUSULA TERCEIRA); A ADESÃO À ATA DE REGISTRO

DE PREÇOS (CLÁUSULA QUARTA); a VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA (CLÁUSULA QUINTA); a ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (CLÁUSULA SEXTA); a NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS (CLÁUSULA SÉTIMA); REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CLÁUSULA OITAVA); o CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS (CLÁUSULA NONA); as PENALIDADES (CLÁUSULA DÉCIMA) e as CONDIÇÕES GERAIS (CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA).

### 39. DA DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

155. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no **caput** deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no [art. 7º desta Lei](#), o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. ([Regulamento](#)) [Vigência](#)

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

156. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

Art. 9º [...]

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente

público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

157. O Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

158. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da **segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o **princípio da segregação de funções**, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

Decreto nº 383, de 2023

Art. 22. O **princípio da segregação das funções** veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o **caput**:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

159. **No presente caso, foi instituída Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação (1305748), Certidão - Princípio da Segregação das Funções (1305750), Despacho Designação Gestor Contrato (1305755), Despacho Designação Fiscal Contrato (1305765) . Ainda, insta destacar que foi juntada a Portaria CPL Atualizada (1838164). Contudo, recomenda-se a juntada da Portaria do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio.**

#### 40. DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

160. Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação local, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

161. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54,

§3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

162. **Por fim, recomenda-se observância à Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), para que os contratos administrativos e as atas de registro de preços não mencionem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los. Os representantes da Administração deverão ser identificados apenas com a matrícula funcional. Com relação aos representantes dos futuros contratados a identificação pode ser somente pelo nome, em consonância com o contido no §1º do artigo 89 da Lei nº 14.133, de 2021, que exige apenas esse dado.**

#### 41. DA CONCLUSÃO

163. Ante todo o exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, OPINO de forma FAVORÁVEL pelo prosseguimento do presente processo, **desde que cumpridas as seguintes recomendações:**

- a) **RETIFICAÇÃO da CLAÚSULA SEGUNDA da MINUTA DO CONTRATO, para limitar a vigência da contratação a 12 (doze) meses com fundamento no artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, devendo ser excluídos, portanto, os itens 2.1.1., 2.2., 2.3. e 2.4;**
- b) **RETIFICAÇÃO da numeração das cláusulas que compõem a MINUTA DO CONTRATO, tendo em vista a ausência da Cláusula Sétima, uma vez que a redação segue da Cláusula Sexta diretamente para a Cláusula Oitava;**
- c) **Juntada de Portaria do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio;**
- d) **Observância à Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD);**
- e) **Divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas;**
- f) **Publicação dos extratos necessários de divulgação do procedimento, na Imprensa Oficial (pertinente), no Portal dos Jurisdicionados (Mural de Licitações) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, e no Portal da Transparência do Município de Marabá.**

164. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.**

165. É o Parecer.

166. À consideração do Procurador-Geral do Município.

167. Marabá-PA, 15 de maio de 2026.

*Documento assinado eletronicamente*

**Josiane Kraus Mattei**  
Procuradora do Município  
**Portaria nº 870/2004-GP**  
**OAB/PA nº 10.206**



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Kraus Mattei, Procuradora do Município**, em 15/05/2026, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, II, § 1º, do [Decreto nº 397, de 2 de agosto de 2023 a partir de agosto de 2023](#).

Nº de Série do Certificado: 7287144193695270123



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1908003** e o código CRC **4BF24251**.

---

Folha 31, Paço Municipal - Bairro Nova Marabá - Marabá/PA - CEP 68508-970

progem@maraba.pa.gov.br, 3322-4666 - Site - maraba.pa.gov.br

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 050505164.000155/2025-18

SEI nº 1908003



**Prefeitura Municipal de Marabá**  
**Procuradoria-Geral Do Município**  
**Departamento de Homologação**

**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO 1 Nº 1928979/2026/PROGEM-HOM/PROGEM-PMM**

Processo nº 050505164.000155/2025-18

Aprovo o PARECER Nº **447/2026/PROGEM-PM/PROGEM-PMM**, por sua própria fundamentação.

Pelos motivos e fundamentos indicados na supramencionada manifestação, conclui-se que o procedimento submetido à análise demanda saneamento.

Portanto, torna-se indispensável ao prosseguimento do feito o atendimento das recomendações que constam do Parecer, bem como da conclusão, ou demonstrar eventual desnecessidade ou inconveniência da adoção das medidas sugeridas, ressalvados os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, alheios às competências desta Procuradoria.

Restituam-se os autos à DGLC, para as providências subsequentes.

Marabá-PA, 15 de maio de 2026.

*Documento Assinado Eletronicamente*  
**Luiz Flávio Souza Pamplona**  
Procurador-Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flávio Souza Pamplona**, **Procurador-Geral do Município**, em 15/05/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 397, de 2 de agosto de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1928979** e o código CRC **035EF2BA**.

Folha 31, Paço Municipal - Bairro Nova Marabá - Marabá/PA - CEP 68508-970

@email\_unidade@, - Site - maraba.pa.gov.br

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 050505164.000155/2025-18

SEI nº 1928979